

Transição da escola para o emprego: Princípios-chave e Recomendações para Responsáveis Políticos

No final do ano de 1999 a Agência Europeia iniciou um projecto de investigação, a nível Europeu, sobre o processo de Transição da escola para o emprego. Este projecto envolveu profissionais na área da transição designados por 16 países¹. Foi recolhida informação a nível nacional relativa às políticas existentes, à implementação do processo de transição, aos problemas e aos resultados. Foi pedido aos profissionais que facultassem informação sobre questões como o acesso a oportunidades educativas para jovens com deficiências, a frequentar a escolaridade obrigatória; a existência de programas de transição; a situação do emprego/desemprego de pessoas com deficiências; a existência de legislação e de medidas regulamentares sobre transição de ou acções a favor do emprego; pontos sensíveis e elementos positivos nas situações nacionais.

De forma a completar a informação nacional, foi seleccionado para análise, um conjunto de projectos/práticas. Os projectos incluíam iniciativas em escolas secundárias, em centros de formação vocacional ou em outros cenários educativos similares que lidam com jovens com algum tipo de necessidade especial. Não se estabeleceu como objectivo qualquer grupo-alvo específico, dado que a finalidade era ter uma visão o mais vasta possível da situação nos diferentes países, respeitando as prioridades nacionais expressas pelos países. Também não foi feita qualquer selecção de acordo com o tipo de contexto – regular ou especial.

Na posse de toda esta informação, os profissionais participaram em várias visitas de estudo e reuniões de trabalho envolvendo diferentes países. O objectivo foi identificar semelhanças e diferenças nas práticas bem como fazer uma primeira análise – das semelhanças e contradições – visível nas experiências que tornaram possível destacar aspectos-chave a considerar, a reforçar ou a modificar, no domínio da transição². Nos resultados deste projecto identificam-se os principais problemas, os aspectos-chave e os principais factores relacionados com a transição.

Os Principais problemas enfrentados pelos estudantes com necessidades especiais, suas famílias e profissionais no domínio da transição da escola para o emprego.

Este aspecto foi abordado através de uma análise da documentação existente aos níveis Europeu e Internacional. Os problemas levantados pelos sectores da educação e do emprego são bastante consistentes e inter-relacionados. Os principais problemas identificados dizem respeito a:

Os *dados* neste domínio são muito limitados o que dificulta qualquer comparação entre países. Não obstante as diferentes terminologias usadas

¹ Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido.

² Para informação específica relacionada com a situação nos diferentes países e áreas de interesse particulares, pode-se consultar a Base de Dados sobre Transição em www.european-agency.org

pelos países – estudantes com deficiência ou com necessidades especiais – a percentagem da população com necessidades educativas especiais situa-se entre os 3% e os 20% da população jovem com menos de 20 anos de idade.

Taxas de abandono escolar. Em 1995, situou-se à volta de 30% a percentagem da população jovem entre os 20 e os 29 anos que abandonou o sistema sem completar o ensino secundário. Esta percentagem é ainda mais elevada nos alunos com necessidades especiais. É difícil estimar o número de alunos que abandonarão o sistema educativo imediatamente após a escolaridade obrigatória, mas é possível afirmar que muitos nunca irão além da escolaridade obrigatória.

Acesso à educação e à formação. Em teoria, são oferecidas aos alunos com necessidades educativas especiais as mesmas oportunidades educativas que aos restantes alunos, mas, na prática, apenas lhes são oferecidas os programas maioritariamente orientados para a segurança social e para o trabalho de baixa remuneração. Eles não estão, necessariamente, interessados nas oportunidades propostas e os programas de educação e de formação nem sempre respondem aos seus interesses e necessidades. Esta situação coloca-os numa posição de desvantagem face ao mercado normal de trabalho.

A preparação e a formação vocacionais nem sempre estão relacionadas com as práticas efectivas de emprego; normalmente tem lugar em contextos segregados e normalmente não estão orientadas para profissões complexas. As pessoas com deficiências não recebem as qualificações apropriadas requeridas pelos empregos; as iniciativas de formação devem ser mais à medida das exigências actuais do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego entre as pessoas com deficiências é duas ou três vezes mais elevada do que a observada entre as pessoas não-deficientes. Os dados nacionais dos países apenas incluem as pessoas oficialmente registadas como desempregadas, contudo, uma alta percentagem de pessoas com necessidades especiais não está registada – eles nem sequer tiveram a oportunidade de um primeiro emprego. A manutenção do desemprego das pessoas com deficiência tornou-se o terceiro mais alto item das despesas de protecção social, a seguir às despesas com as pensões das pessoas da terceira idade.

Expectativas e atitudes. Todos os documentos apresentam concordância sobre esta questão. Professores, pais, empregadores e público em geral subestimam as capacidades das pessoas com deficiências. A cooperação é muito importante para desenvolver uma visão realista das competências de um estudante em todos os sectores da educação, incluindo a transição para o trabalho.

Acessibilidade ao local de trabalho. Existem ainda problemas relacionados com a acessibilidade física aos locais de trabalho, bem como com o acesso ao apoio pessoal e técnico. A informação e o apoio aos empregadores são também uma questão-chave referida em muitos documentos.

Implementação da legislação existente. Os enquadramentos legais sobre a transição para o emprego, em alguns países, ou são inexistentes ou constituem um sistema inflexível. O sistema de cotas de emprego enquanto medida a favor do emprego das pessoas com deficiências parece ter falhado no que respeita à sua aplicação e execução. Muitos países têm em prática uma combinação de medidas que se consideram eficazes a diferentes níveis.

Aspectos-chave que necessitam ser considerados no domínio da transição, tendo em conta os problemas existentes.

Esta área foi investigada através de discussões e análises da documentação facultada pelos diferentes profissionais dos 16 países envolvidos no projecto. Emergiram seis aspectos-chave relacionados com o conceito de transição:

- A transição é um processo que deve ser apoiado pela existência e implementação de legislação e de medidas regulamentares.
- A transição necessita de assegurar a participação do aluno e o respeito pela sua escolha pessoal. O aluno, a sua família e os profissionais devem trabalhar em conjunto na elaboração do plano individual.
- A transição deve incluir o desenvolvimento de um plano educativo individual focalizado nos progressos do aluno e nas mudanças a introduzir na situação escolar.
- A transição deve basear-se no envolvimento directo e na cooperação de todas as partes envolvidas.
- A transição requer uma cooperação estreita entre escolas e mercado de trabalho, para que os alunos experimentem condições reais de trabalho.
- A transição é parte de um longo e complexo processo que prepara e facilita a entrada dos jovens na vida económica e adulta.

Principais factores que parecem facilitar ou impedir a implementação de um processo de transição bem sucedido na prática

Estes factores foram identificados a partir de práticas locais seleccionadas por diferentes profissionais. Situações de transição, genuínas, enfatizaram um conjunto de factores que facilitaram uma descrição mais detalhada dos seis aspectos acima sublinhados. Estes factores parecem funcionar como tanto como barreiras ou como facilitadores de um processo de transição bem sucedido. A descrição dos factores mostra que poucos de entre eles correspondem a situações factuais e simples – *factores simples*. A maioria corresponde a situações complexas e inter-relacionadas – *factores complexos*.

Recomendações ao nível das políticas

A análise das três áreas acima listadas resultou na identificação de recomendações para o futuro da transição. Dirigem-se a responsáveis políticos e têm por objectivo facultar orientações sobre como melhorar o desenvolvimento e a implementação do processo de transição.

Estas recomendações ao nível das políticas destinam-se a ser consideradas como orientações a implementar pelos países aos níveis nacional, regional e local. As recomendações baseiam-se em aspectos e factores listados no

relatório final³ e tentam sublinhar as acções práticas a implementar, de forma a facilitar a transição da escola para o emprego, dos jovens com deficiências.

Existência e Implementação de Medidas Regulamentares e Práticas

Os responsáveis políticos devem:

- Promover e/ou melhorar políticas coordenadas entre diferentes serviços, evitando a criação de nova legislação que entre em contradição ou que seja uma sobreposição da legislação existente;
- Assegurar medidas concretas para a efectiva implementação da legislação existente, de forma a evitar diferenças e/ou discriminação como resultado de desequilíbrios nos recursos humanos e técnicos.
- Consultar sistematicamente, tomando em consideração e respeitando as opiniões expressas pelas organizações voluntárias que trabalham com e para as pessoas com deficiências;
- Procurar e promover políticas activas, de forma a reforçar o emprego e a autonomia pessoal;
- Assegurar um controlo e uma avaliação mais focalizadas de todas as medidas “facilitadoras” a favor das pessoas com deficiência, como o sistema de cotas, benefícios fiscais, etc. e assegurar um eficaz funcionamento dos serviços aos níveis nacional, regional e local;
- Assegurar a disponibilização da informação sobre medidas legais e políticas dirigidas a empregadores;
- Assegurar a criação de redes locais, que envolvam todos os parceiros, de forma a implementar a política nacional.

Participação do Aluno, Respeito pelas suas Escolhas Pessoais

Os responsáveis políticos devem:

- Facultar às escolas os recursos necessários (tempo e orçamento), de forma a desenvolverem o trabalho com o aluno e sua família;
- Assegurar que os recursos estão a ser utilizados eficazmente, de forma a garantir que esta tarefa de colaboração se realize.

Desenvolvimento de um Programa Educativo Individual Adequado

Os responsáveis políticos devem:

- Dotar as escolas com os recursos necessários que garantam o desenvolvimento dos programas educativos individuais. Em particular, os professores devem ter o tempo necessário e receber orientação para as suas tarefas;
- Assegurar a existência de um plano de transição no programa educativo individual;
- Estabelecer parâmetros de qualidade para os programas educativos individuais;

³ Consultar www.european-agency.org

- Assegurar que as qualificações atingidas pelos alunos estão reflectidas nos certificados que obtêm e que é evitada qualquer situação discriminatória.

Envolvimento Directo e Cooperação de todas as Partes Envolvidas

Os responsáveis políticos devem:

- Assegurar medidas práticas para a cooperação entre serviços, bem como assegurar um acompanhamento desta cooperação;
- Estabelecer responsabilidades claras a serem partilhadas entre os serviços, de forma a assegurar uma coordenação eficaz;
- Assegurar uma avaliação da coordenação e da distribuição das responsabilidades, de forma a introduzir quaisquer mudanças necessárias;
- Assegurar que todos os serviços cumprem as suas obrigações e participam na tarefa de coordenação;
- Motivar empregadores e sindicatos a envolverem-se de forma directa através de medidas específicas;
- Encorajar a cooperação e a coordenação entre todos os departamentos envolvidos a nível nacional.

Relacionamento entre a Escola e o Mercado de Trabalho

Os responsáveis políticos devem:

- Assegurar que todos os jovens experienciam condições reais de trabalho;
- Garantir o acesso dos alunos algum tipo de formação prática, respeitando as diferentes necessidades que possam ter;
- Organizar medidas de formação flexíveis, por exemplo, estabelecendo períodos preparatórios antes da formação para um emprego.
- Promover incentivos formais e informais para empresas (ex. reduções fiscais, reconhecimento social, etc.) encorajando-as a proporcionar lugares de estágio para jovens;
- Enfatizar e demonstrar os múltiplos benefícios possíveis, através de exemplos de boas práticas de transição;
- Envolver os empregadores nestes tipos de iniciativas, em cooperação com os serviços de emprego, através de campanhas de informação, redes de empregadores e sindicatos;
- Reconhecer a necessidade de cooperação formal entre os serviços de educação e de emprego;
- Proporcionar recursos disponíveis para um contínuo desenvolvimento profissional dos professores.

A Transição para o Emprego faz Parte de um Longo Processo

Os responsáveis políticos devem:

- Pôr em prática todas as medidas necessárias de forma a assegurar um processo de transição com sucesso, identificando e dissolvendo barreiras ou dificuldades neste processo;
- Evitar procedimentos educacionais rígidos (p.e. avaliação);

- Facilitar a cooperação entre e dentro dos serviços e reconhecer o tempo gasto pelos profissionais em tarefas de cooperação e de coordenação;
- Assegurar o desenvolvimento de planos de transição com a antecipação necessária na vida escolar do aluno e não somente no final da escolaridade obrigatória;
- Reconhecer a necessidade de um profissional específico para funcionar como um “advogado” ou uma referência pessoal e de apoio ao aluno no seu processo de transição.

Os profissionais, os legisladores e os representantes dos empregadores e dos sindicatos envolvidos neste projecto concluíram que a implementação das recomendações sugeridas melhoram, indubitavelmente, o processo de transição e minimizam os problemas que os alunos, usualmente, enfrentam quando deixam a escola e são confrontados com questões relacionadas com a obtenção de um emprego.

Mais Informação

Mais informação relacionada com as situações específicas dos países e/ou áreas de interesse particular, pode ser encontrada na Base de Dados da Transição no endereço da Agência Europeia em: <http://www.european-agency.org/transit/index.html>

Mais informação sobre o projecto Transição (incluindo cópias do relatório do projecto em 13 línguas) e sobre o trabalho da Agência em geral está disponível em:

European Agency for Development in Special Needs Education

Secretariado

Østre Stationsvej 33

DK – 5000 Odense C Denmark

Tel: +45 64 41 00 20

secretariat@european-agency.org

Escritório de Bruxelas

Avenue Palmerston 3, B-1000 Brussels, Belgium

Tel: +32 2 280 33 59 Fax: +32 2 280 17 88

E-mail: brussels.office@european-agency.org

Web: www.european-agency.org